

Mulher, mãe ... E professora: a feminização do magistério nas páginas da revista do ensino

Woman, mother... and teacher: the feminization of teaching in the pages of teaching magazine

Thaís Reis de Assis ¹

Resumo: A mulher atuando como professora, na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental é algo comum nos dias atuais. No entanto, trata-se de um processo dotado de historicidade que precisa ser debatido. Objetivou-se com este trabalho compreender o processo de feminização do magistério nos anos finais da I República e as permanências/rupturas impostas a este ofício. Para tal utilizou-se como corpus recortes de artigos e fotografias publicado, entre 1925 e 1930, na Revista do Ensino um impresso pedagógico oficial que circulou em Minas Gerais. Conclui-se que o referido impresso auxiliou na consolidação de um imaginário ao colocar a mulher como sujeito ideal para posição de professora sem que ela se esquecesse de suas funções de mãe, esposa e cuidadora.

Palavras chave: Feminização, Magistério, Revista do Ensino.

Abstract: The woman acting as a teacher, in Early Childhood Education and early grades of Elementary School is something common nowadays. However, it's a process with historicity that needs to be debated. The objective of this work was understand the process of feminization of teaching in the final years of the First Republic and the permanence/ruptures imposed for this job. For this purpose, clippings of articles and photographs published, between 1925 and 1930, in Teaching Magazine, an official pedagogical form that circulated in Minas Gerais, were used as corpus. It is concluded that the aforementioned form helped in the consolidation of an imaginary by placing the woman as the ideal subject for the position of teacher without her forgetting her roles as mother, wife and caregiver.

Keywords: Feminization, Teaching, Teaching Magazine.

Para começo de prosa

¹ Pedagoga, Doutora em Estudos da Linguagem. Docente do IF Sudeste de MG- Campus Muriaé. E-mail: thaís.assis@ifsudestemg.edu.br

Recebido em 22/03/2022

Aprovado em 18/04/2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Na formação social contemporânea estamos familiarizados com as mulheres à frente das salas de aula, sobretudo na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Algo naturalizado, que na verdade, trata-se de um processo dotado de historicidade. A inserção da mulher no magistério foi progressiva e ganhou força no último quarto do século XIX. Este processo não deve ser tomado apenas como o aumento quantitativo do número de mulheres lecionando. Trata-se de algo mais profundo, vinculado a certas condições de produção que institucionalizaram a mulher como professora ao mesmo tempo em que define os atributos necessários para o lugar social da docente.

Neste artigo, nos deteremos ao estudo das permanências/mudanças (im)postas ao magistério; e, para tal finalidade, é preciso recuperar, ainda que brevemente, um certo período de nossa historicidade. Nos voltaremos ao estudo das permanências/mudanças postas ao magistério, num período de mudança de regime político em terras brasileiras, isto é, aquele da transição do Império para República, (re)significando as implicações na questão do ensino e das escolas.

A Constituição de 1891, a primeira do período republicano, descentralizou a organização do ensino. Coube a cada estado legislar sobre esta matéria e ser responsável pela organização e funcionamento das instituições de educação primária. Os estados paulatinamente aderiram ao modelo proposto por São Paulo, ou seja, da implantação dos Grupos Escolares (GE) como tipo ideal de escolarização primária pública.

Os GE (re)significaram a escolarização pública primária ao produzirem sentidos outros e institucionalizar um modelo específico de organização escolar. Em linhas breves, suas principais características estão relacionadas à implementação da escola graduada, à imposição de um programa curricular rígido de disciplinas a serem ensinadas, à delimitação do tempo escolar- que passou a ser controlado por um calendário determinado por decreto, à criação de espaços próprios para escola, coeducação bem como uma série de outras práticas que contribuíram para a configuração administrativa e pedagógica do ensino primário público. Não podemos deixar de assinalar que, a efetivação de tal projeto, instituiu um outro lugar para a escola pública e para o magistério.

Neste artigo, interessa-nos compreender tal processo no que diz respeito a feminização do magistério nos anos finais da Primeira República em Minas Gerais. O olhar se volta a definição dos modos de ser e agir das professoras tendo como corpus de análise recortes de material (reportagens, textos, figuras e ilustrações) publicados na *Revista do Ensino*, impresso

pedagógico oficial mineiro, entre 1925 e 1930.

Para tal, partimos do princípio de que o magistério não é alheio às determinações históricas e sociais sendo atravessado por um imaginário produtor de sentidos constitutivos dos sujeitos que colocam em movimento práticas sociais e políticas. Passemos primeiramente as questões referentes a feminização do magistério de modo geral, para posteriormente nos dedicarmos a *Revista do Ensino*.

A formação social brasileira e os discursos sobre o magistério.

Entender a feminização do magistério no Brasil é estar atento a uma série de fatores intrinsecamente ligados, o que envolve uma sociedade com raízes patriarcais e influenciada pelo discurso religioso bem como uma construção ideológica que inferioriza o feminino ao enaltecer o masculino.

A inserção da mulher no campo do magistério não se deu sem resistências. A formação social brasileira - século XIX e início do século XX - é marcada por uma clara distinção entre os sentidos de ser homem (dominador, livre, detentor do poder) e ser mulher (submissa). Nestas condições, salvo exceções, o trabalho remunerado feminino não era visto com bons olhos sendo permitido os de cunho doméstico (âmbito do lar) e filantrópico (vinculado as igrejas). O trabalho remunerado feminino era encarado, segundo Almeida (2014), como prejudicial à saúde sobretudo no que diz respeito ao aspecto reprodutivo e ainda tido como responsável pela degradação da família uma vez que a mulher não se dedicaria unicamente ao universo do lar e aos cuidados de sua prole e cônjuge. No final do século XIX, nota-se uma ligeira mudança neste quadro, o que pode ser percebido com a possibilidade de a mulher exercer o magistério.

Por muitos anos, a posição de professor foi ocupada exclusivamente por homens. De acordo com Almeida (2014), neste contexto, o magistério era tomado com uma ocupação casual e comumente era exercido por profissionais que conciliavam tal função com outras atividades remuneradas. Apesar dos baixos vencimentos, ser professor proporcionava visibilidade social e prestígio aos que se dedicavam a este ofício.

No final do século XIX e início do século XX nota-se algumas mudanças na oferta do ensino primário no Brasil. Se anteriormente a escolarização era destinada unicamente aos meninos, paulatinamente se abre para as meninas² trazendo para o debate o impedimento moral

² Por um longo período a educação feminina se deu apenas no âmbito do lar e das igrejas. A escolarização feminina aparece pela primeira vez na Lei de 15 de outubro de 1827 que manda criar escolas de primeiras letras em todas

dos homens se dedicarem a educação feminina. Para a formação social daquele período, não era indicado que o sujeito masculino fosse responsável pela escolarização das meninas. A aluna deveria contar desde a tenra idade com alguém que representasse um exemplo a ser seguido quando atingisse a idade adulta ao mesmo tempo em que a familiarizasse com o universo das prendas domésticas e da administração do lar. Neste horizonte, a mulher enquanto professora acabava auxiliando na instituição da posição atribuída preferencialmente ao sexo feminino: a de mãe, esposa e dona de casa. Assim vão sendo tecidos argumentos que justificam as mulheres como as mais indicadas a atuarem como docentes nas escolas femininas tendo em vista a questão moral e as peculiaridades que envolvidas na formação das alunas.

Acrescenta-se ao quadro exposto, a migração da população brasileira do campo para a cidade, o dinamismo econômico, os processos de industrialização e urbanização que ampliaram as perspectivas de trabalho e geraram outras formas de emprego. A mão de obra masculina, sobretudo a alfabetizada (exigência mínima para ser professor no período em estudo), passou a contar com outras possibilidades de inserção no mercado de trabalho: mais atrativas, melhor remuneradas, muitas vezes dotadas de maior visibilidade social que a docência. Posições essas vedadas às mulheres. Com isto, muitos homens deixaram as salas de aula para investir em outras carreiras (DURÃES, 2009) contribuindo para que este espaço, deixado em segundo plano pelo masculino, pudesse ser ocupado pelo público feminino.

A Igreja e o discurso religioso também tiveram sua parcela de contribuição no imaginário da docência como uma profissão tipicamente feminina. Com o aumento das posições de trabalho, os homens se afastavam cada vez mais do magistério, o que culminava na escassez de mão-de-obra. Como a Igreja era detentora de uma grande rede de escolarização particular, a mulher passou a ser uma alternativa. Alternativa esta também adotada pelo Estado. Todavia a inserção da mulher no mercado de trabalho não foi simples, não foi sem o trabalho sobre sua imagem, seu comportamento, sua forma de agir, de estar, de ser. Melhor expondo, sua entrada no mercado de trabalho fomentava debates que se contrapunham tal atuação em função de valores patriarcais e religiosos da formação social brasileira. Lugar de mulher era dentro de casa, sob vigilância, dedicada aos cuidados com os filhos e o marido. Estes eram os sentidos dominantes no imaginário da sociedade. Conforme Durães (2009), um caminho encontrado para resolver o impasse que impedia a entrada da mulher no magistério foi retomar

as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Esta lei abre a possibilidade de instalação de escolas para meninas em vilas e cidades mais populosas desde que julgado necessário pelas autoridades locais o seu estabelecimento.

sentidos já legitimados e naturalizados da mulher como mãe aliados aos predicados atribuídos histórica e socialmente à mulher ao ocupar este lugar – bondade e carinho, por exemplo. Em outras palavras, predicados já associados a um certo modelo ideal de mulher, qual seja, aquele cunhado pela Igreja Católica: a Virgem Maria, símbolo de bondade, pureza, dedicação e abnegação. Ser professora, nestas condições, significava se assemelhar a tal modelo e ter a vocação para desempenhar tal, algo que desliza para sentido outro, isto é, a professora é aquela que cumpre uma missão socialmente autorizada de cuidar e educar os filhos da Pátria. Modelo, vocação e missão fecham o círculo em torno da imagem da mulher no magistério.

A inscrição mística do discurso da vocação feminina para a educação, que também sustenta a abnegação do sexo, é parte constituidora da aproximação entre magistério, mulheres e da naturalização de tal prática como feminina. Por outro lado, a missão deveria ser cumprida sem romper com valores defendidos pelo catolicismo e patriarcalismo, ou seja, as mulheres deveriam permanecer atuantes em seus lares, fiéis aos seus maridos e atentas a sua primeira missão: a maternidade. Em suma, a mulher é colocada no espaço do lar como dona-de-casa, mãe, esposa..., e no espaço da rua, que não ocupava antes, em uma relação de dependência dos valores tidos como naturalmente femininos. Eis o funcionamento de uma memória - ser mãe, esposa, filha, cuidadora, doar-se – que desliza e se repete em espaço outro, aquele agora do universo do trabalho escolar.

No que tange à criança, é preciso lembrar que, com a ascensão da burguesia ao poder, são difundidas novas representações sobre a família e a infância. Nesta conjuntura, cria-se o imaginário da criança como a representante do futuro, que precisava ser educada, preparada, cuidada para ocupar a posição de adulto. Neste horizonte, a educação da criança não poderia se dar de qualquer forma ou ser responsabilidade de qualquer um. Seria mais indicado se tal atribuição fosse desempenhada pela mulher. Algo justificado pelos sentidos sócio e historicamente erguidos em torno da figura do homem e da mulher. É importante destacar que a barreira social e cultural erguida em torno de homens e mulheres, segundo Florêncio *et al* (2009), é sempre justificada por questões da natureza biológica da mulher (reprodução, gestação, parto, aleitamento) que põe como evidência sua missão de cuidar do que se dá no âmbito doméstico, e que, ao ocupar a posição de professora se transfere para a escola, a segunda casa. A função materna não era apenas biológica, mas social e patriótica. A professora teria a missão de colaborar na formação das futuras gerações, instruindo e educando, prologando as funções maternas para além do âmbito doméstico. Assim vai sendo construída toda uma significação por meio de sentidos ligados a ideia de domesticidade, maternidade e magistério

entrelaçados. São sentidos que reforçam o estereótipo da segregação sexual e a naturalização do lugar mulher como professora: para ser reconhecida como boa docente ela precisava fazer uso dos atributos de mãe, que se vinculam como algo tido como próprio da natureza feminina.

Ainda de acordo com Florêncio *et al* (2009), observamos que a reprodução social capitalista se utilizou da divisão entre masculino e feminino, determinando assim quem desempenharia as tarefas necessárias à manutenção do sistema. As mulheres, ocupando o lugar de genitoras, passaram a significar como portadoras do amor materno, um sentimento historicamente construído atrelado ao imaginário da mãe como alguém que ama aos seus filhos independentemente de quaisquer situações. E a masculinidade é, então, tomada como um atributo tipicamente masculino, sendo construída pelo viés da racionalidade da sociedade capitalista e do estado burocrático. Ou seja, a mulher-esposa-mãe deveria cuidar, zelar e educar sua prole. O homem-marido-pai exerceria o domínio de seus filhos e do cônjuge pelo controle e inscrição da masculinização como sinônimo de autoridade e poder. Ao homem caberia a vivência no mundo público e a mulher no doméstico/ privado. Os atributos socio-historicamente delimitados como femininos são canalizados para o exercício do magistério e expressos na forma de carinho, afeto e cuidado que a professora deveria empregar na formação do aluno.

Souza (2006) também tece relevantes ponderações que contribuem para as reflexões sobre a feminização do magistério. Para a referida autora, a mulher ganhou à cena como melhor preparada e detentora dos atributos pertinentes ao magistério na escola primária republicana, todavia não conquistou a imagem de equidade intelectual perante o homem. A mulher era tida como alguém que possuía poucos dotes intelectuais, algo que lhe garantia prioridade na educação da criança. O imaginário da mulher como menos inteligente e imatura lhe conferiria proximidade com o universo infantil e maior facilidade para compreender e atuar na escolarização da criança. Algo que se faz presente no discurso oficial republicano para justificar a inserção das mulheres na escola como professora. Expostos os apontamentos iniciais, mergulharemos agora na *Revista do Ensino* para entender como estes elementos comparecem neste impresso.

A Revista do Ensino

Quando pensamos sobre a escolarização nos anos iniciais do regime republicano, vamos além da aprendizagem inicial da escrita e de outros conhecimentos tidos como elementares. Tratava-se de um processo de (con)formação, de individualização e de identificação do aluno

com os valores da formação social republicana, o que acabava inscrevendo-o no mundo da cultura letrada e urbana. Vai-se “a escola para suprir uma falta, mudar um Estado, uma condição, para suprir e conter o sentido e o sujeito em sua dispersão” (VIEIRA SILVA, 2015, p. 48).

Diante das atribuições conferidas à escola primária pelo projeto republicano, se fazia necessário instituir um outro lugar para o magistério que deveria ser ocupado por sujeitos específicos, que estivessem alinhados aos pressupostos defendidos pelo Estado. Em Minas Gerais, uma das alternativas encontrada para auxiliar neste processo foi a criação de um impresso pedagógico oficial voltado unicamente a publicação e veiculação de assuntos referentes as questões educacionais nas escolas primárias: a *Revista do Ensino*.

No caso em estudo, observa-se que a *Revista do Ensino* atuou na manualização de conhecimentos referentes ao magistério, ou seja, no processo de estabilização de certos saberes consoante as prerrogativas apresentadas pelo governo mineiro e pelas reformas educacionais por ele propostas. A *Revista*, tomada como manual, se configura como um produto sócio-cultural-ideológico identificado por suas especificidades e como lugar institucionalizado de vulgarização de saberes (PUECH, 1998) que se difundem e indicam um funcionamento escolar ideal. Algo que passa pelo magistério, um ofício que sofreu/sofre transformações ao longo do tempo e é influenciado por questões econômicas, culturais e políticas. Vejamos como este processo seu deu no corpus analisado.

De normalistas a professoras: a inserção da mulher nas páginas da *Revista do Ensino*.

Refletir sobre a feminização do magistério é enveredar-se num quadro de múltiplas facetas dentre as quais destacamos a sua consolidação como um ofício. No Brasil, um importante aspecto que tange tal cenário é a legitimação de uma instituição oficial como a responsável pela formação do professorado, a saber, a Escola Normal.

Os primeiros decretos de criação das Escolas Normais no Brasil datam das décadas de 30 e 40 do século XIX, ocorrendo em Minas Gerais em 1835. Estas instituições objetivavam formar profissionais capazes de reproduzir o tipo de conhecimento que se desejava difundir e conservar, os valores/ estrutura social vigente seguindo metodologias específicas de ensino-aprendizagem.

As primeiras Escolas Normais criadas não previam a matrícula das mulheres, sendo destinadas unicamente ao público masculino. A inserção das mulheres neste universo iniciou-

se na década de 70 do século XIX e culminou numa série de mudanças. De acordo com Villela (2016), em alguns casos, as aulas femininas e masculinas ocorriam em dias e horários alternados, em outros, o espaço da sala de aula era dividido por um muro que impossibilitava o convívio entre os diferentes sexos.

No final do Império e nos anos iniciais da República no Brasil, paulatinamente vai se aumentando o número de alunas matriculadas nas Escolas Normais e a docência passa a ser encarada como uma alternativa a um casamento forçado ou a profissões menos prestigiadas. O magistério significava uma das poucas formas socialmente valorizadas e respeitadas para as mulheres de acesso a um trabalho remunerado fora do lar, tendo em vista as poucas oportunidades de exercício profissional. Era ainda um avanço em termos de inserção social da mulher no mundo público e de acesso ao trabalho assalariado. Conferia a professora certa liberdade pessoal, bem-estar econômico e reconhecimento social.

A naturalização da mulher como professora, nos governos republicanos mineiros, passou pelo currículo prescrito pela Escola Normal. Segundo Durães

nas disciplinas que integravam a organização curricular dos cursos de formação de professores, o Governo mineiro, disseminava um novo fazer e, concomitantemente, valia-se de práticas de rejeição à qualificação docente portadora de atributos masculinos e gerada no cotidiano das escolas. No lugar dos *mestres* produzidos no ofício do ensino, surgiram as mulheres professoras legitimadas pelo governo e pela formação científica profissional. Assim sendo, as Escolas Normais [...] foram gradativamente passando de uma *escolarização de homens* para um processo de *escolarização de mulheres* (2009, p. 174, grifos da autora)

Segundo Almeida (2014) a imprensa pedagógica brasileira não tinha o hábito de publicar artigos que faziam referência ao exercício do magistério pelas mulheres. Na maioria das vezes, tal fato era ignorado ou pouco evidenciado. Ao analisar a *Revista do Ensino* nos deparamos com uma perspectiva diferente. Este impresso vai de encontro a construção da imagem da mulher- professora ao publicar constantemente materiais que nos deixam pistas sobre como como o feminino vai se integrando ao universo escolar. Algo que comparece em diferentes materialidades tais como em textos e fotografias. Vejamos a Figura 01.



Fig.01: Alunas da Escola Normal Modelo. Fonte: Revista do Ensino, n°8, outubro de 1925, p.11

A Figura 01 é um exemplo de como eram trazidas nas páginas da *Revista* os registros referentes as alunas da Escola Normal. Podemos observar, na figura acima, que as normalistas são apenas mulheres, algo que se repete na *Revista do Ensino* sempre que o assunto é a divulgação de notícias e fatos acerca das instituições responsáveis pela formação de professores. Chama-nos atenção ainda qual tipo de mulher-normalista se faz presente na *Revista do Ensino*. Sempre são jovens, bem-vestidas e esteticamente apresentáveis. O que de certa forma repete os atributos definidos pelo governo mineiro como desejáveis a uma professora primária. Não bastava ser mulher para que se pudesse ocupar a posição de docente no Grupo Escolar. A professora deveria ser jovem e bela assim como o tipo escolar proposto pelos republicanos, sendo a representação da novidade, da jovialidade e da mudança no ensino público.

Nos exemplares analisados, todas as vezes em que se fala da Escola Normal na *Revista do Ensino* necessariamente comparece o imaginário de que as normalistas são apenas mulheres e o fato desta instituição ser frequentada apenas por alunas. A figura 01, assim como tantas ilustrações trazidas pela *Revista do Ensino* corroboram com os discursos do período que colocavam a mulher como elemento fundamental no processo de disciplinarização e civilização de um povo. A presença de homens professores tanto nas Escolas Normais como nas escolas primárias é apagada, colocando a docência primária como profissão tipicamente feminina.

Apesar da *Revista do Ensino* por como evidência o magistério como atividade tipicamente feminina, apagando a presença dos homens como professores primários, há sempre algo que escapa. Para tratarmos deste ponto em especial, trazemos uma seção da *Revista*

destinada a divulgar e publicizar elogios aos professores primários mineiros, reconhecidos pela qualidade do trabalho prestado. Estejamos atentos aos destaques feitos na Figura 02, que indicam elogios feitos oficialmente a professores homens.

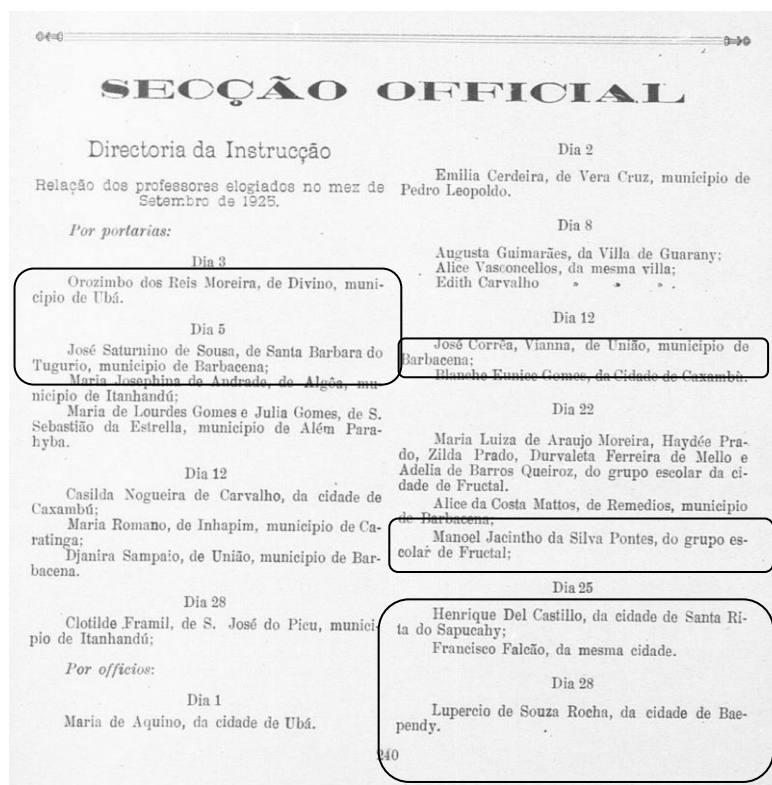


Fig. 02: Relação de professores elogiados. Fonte: Revista do Ensino, nº8, outubro de 1925, p. 240.

A relação de docentes elogiados, oficialmente através de portarias ou ofícios, era comum nas primeiras edições da *Revista do Ensino* onde se apresentava uma listagem com os nomes dos professores (tanto homens como mulheres) e a indicação da localidade onde lecionavam. Quando nos atentamos à leitura deste material, percebemos que os elogios às professoras surgem em maior número, o que pode indicar o quantitativo expressivo de mulheres atuando no magistério público mineiro e a sustentação da ideia de feminização da docência que circulava tanto nas legislações educacionais como na própria *Revista do Ensino*.

Mesmo sendo apagados do/no imaginário do que era ser um professor primário e havendo a instituição da mulher como professora, existiam homens atuando como professores na escola primária pública, conforme observado nos trechos destacados da Figura 02. Eles desempenhavam um trabalho tido como bom, sendo passível de receberem reconhecimento público por parte do governo. O que de certa forma rompia com a ideia da inaptidão do homem ao magistério primário. Atestaca ainda a presença de tais sujeitos nas escolas públicas mineiras, o que vai à contraposição do discurso dos reformadores mineiros e consequentemente da

Revista do Ensino que colocavam à docência no ensino primário como uma atividade desempenhada unicamente por mulheres.

No que concerne a feminização do magistério, há um outro aspecto interessante que diz respeito ao lugar da mulher. Observemos a fotografia abaixo publicada na *Revista do Ensino*.



Fig.03: Docentes, diretor e inspetor. Fonte: *Revista do Ensino*, nº6, setembro de 1925, p. 157.

As mulheres retratadas na Figura 03 são professoras do Grupo Escolar de Curvelo/MG acompanhadas por homens da confiança do Estado (o diretor da escola em que atuavam e o inspetor regional de ensino), isto é, representantes da autoridade e responsáveis pela fiscalização direta de seu trabalho. O registro do corpo técnico da educação mineira, publicado na *Revista do Ensino*, nos dá pistas sobre o lugar da mulher no universo escolar. A professora deveria se manter dentro de certos limites e suas ações deveriam ser fiscalizadas em consonância com o discurso regulador dos papéis atribuídos ao masculino e feminino. A mulher poderia ingressar no mercado de trabalho, desde que se mantivesse dentro de certos limites e em consonância com o discurso regulador dos papéis atribuídos ao feminino.

A feminização do magistério se consolidou num momento em que houve uma significativa diminuição no quantitativo de homens lecionando no ensino primário. Nota-se que alguns homens não abdicaram totalmente do exercício de uma profissão vinculada à educação. Apesar de muitos terem migrado para outros campos profissionais, outros foram realocados em cargos criados na escolarização primária com a ascensão republicana ao poder como é o caso

do diretor e do inspetor escolar.

Na Figura 03 as mulheres são o corpo docente e estão ladeando homens. Notamos na referida fotografia a presença de apenas dois homens, situados ao centro. A disposição do corpo técnico do Grupo Escolar de Curvelo nos faz refletir sobre o lugar da mulher tanto no âmbito da escola pública primária como na formação social republicana. O magistério era uma das poucas profissões socialmente reconhecidas que a mulher poderia desempenhar e uma das poucas possibilidades de adquirir conhecimentos além das prendas domésticas.

A feminização do magistério contribuiu para a mulher fosse paulatinamente deixando o âmbito doméstico/privado para que fosse inserida no mundo do trabalho e no ambiente público. Todavia este processo não se deu sem que a mulher deixasse de lado a sua missão de ser mãe, esposa e dona-de-casa; a sua posição secundária perante aos homens e lhe fossem impostas regras de conduta com limites estreitos sobre até onde lhe era permitido ir. A atividade desempenhada pela professora é importante para os governos republicanos, ao ponto que fica registrada, é reconhecida e veiculada num impresso pedagógico oficial. No entanto, não pode competir com as posições de comando ocupadas pelos homens e não se dá sem que haja a figura masculina à frente do processo, como elementos centrais, sendo eles os responsáveis pela tomada de decisões e pela vigilância do trabalho docente. Afinal, a mulher não poderia simplesmente sair da segurança de seu lar, do domínio de seu pai ou marido, para trabalhar sem supervisão; daí a importância da figura masculina no espaço escolar representando a autoridade, a vigilância, o controle e centralidade das decisões.

Assim vai sendo construído um tipo ideal de docente e se consolida uma forma particular de magistério, para instituir uma imagem de professora que se aproximasse dos ideais defendidos pelos republicanos, pela igreja católica e pela formação social brasileira. Outro ponto identificado durante as análises empreendidas refere-se aos atributos morais e ao comportamento esperado de uma professora.

Como já dito, a escolarização era muito importante para a formação social republicana, sendo o magistério e a educação da criança peças fundamentais neste cenário. Ao frequentar os bancos escolares a criança se transformaria em cidadão, estaria apta a viver numa sociedade que prezava pela 'ordem e progresso'. Passar pela escola ia muito além do domínio dos rudimentos de leitura e escrita. Significava estar apto a viver em uma sociedade republicana sendo capaz de se autocontrolar e dirigir, de agir pensando nas consequências e responsabilidades de seus atos. Estes valores deveriam ser trabalhados em sala de aula e caberia a professora a sua inculcação e cristalização. Vejamos a sequência extraída da edição nº13 de

março de 1928, para a *Revista do Ensino* “ a escola deve ensinar aos alunos o modo de viver. E é a professora quem, em grande parte, faz despertar, na criança, hábitos sadios e bons” (p.45).

As mulheres foram convocadas a utilizarem os atributos naturalizados como femininos e sua ‘inerente’ vocação, histórica e ideologicamente construídas, de ser mãe em favor da formação dos filhos da Pátria. A educação primária foi definida nas reformas do ensino mineiro como o único benefício direto que o povo recebia do governo em troca dos sacrifícios que lhe eram exigidos pelo tesouro estadual. Através desta modalidade de ensino, cada criança em idade escolar, após concluir o ensino primário, se tornaria um cidadão digno de viver na Pátria brasileira.

Para a formação social republicana, o papel da escola ia além da transmissão de um currículo oficial. Caberia a esta instituição preparar o aluno para a vida numa sociedade regida por leis, inculcar-lhe hábitos bons e sadios. Atribuições cuja memória colocam a docência numa relação de dependência com os valores tidos como naturalmente femininos. Neste horizonte, não era justificável ao homem (representação da autoridade) dedicar-se à formação moral de seus filhos da Pátria, já que esta era uma atividade colada ao imaginário da maternidade. O que de certa forma faz com que as mulheres não se esqueçam de seu lugar prioritário de atuação (casa), de seu espaço fundante que é o da família e que sua função é ser mãe, esposa, cuidadora, etc.

A escola moderna, proposta pelos republicanos, dava preferência aos castigos de cunho moral que educavam através de outros mecanismos que iam além da dor física causada pela palmatória, tomando o lugar dos castigos físicos. Disciplinar e mudar a conduta dos alunos abrangia o sentimento de respeito ao imaginário erguido em torno da professora. Vejamos como esta afirmação se apresenta na *Revista do Ensino*

Os meninos deverão compenetrar-se desta grande verdade: a professora (refiro-me igualmente ao professor) é sempre professora, quer na escola, quer fora da escola, é protetora dos alunos, é substituta legítima dos pais, onde quer que esteja, exerce a autoridade de educadora, cumprindo aos alunos prestar-lhes inteira obediência.³

Na seqüência acima observamos como a *Revista do Ensino* vai atrelando o discurso moral e o imaginário de mulher-mãe à figura da professora. Para a *Revista* uma das principais funções da docente seria (con)formar e ter a obediência de seus alunos através do exercício da autoridade educadora. Este tipo de autoridade seria a mescla dos atributos socio-cultural-

³ A Escola. In: *Revista do Ensino*, n° 27, novembro de 1928, p. 15.

ideológicos da mãe-mulher (protetora, zelosa, cuidadora) acrescidos do discurso moral que delimitava a professora como um exemplo (de conduta, comportamento, atitude) a ser seguido pelo aluno. É interessante notarmos ainda que o professor, para a *Revista do Ensino*, não ocupava este lugar apenas dentro de sala de aula. Uma vez professora, sempre professora. Neste impresso, o magistério é posto como um ofício que vai além das atividades que se dão na escola ou dentro de sala de aula. Cabia ao docente exercer a sua autoridade educadora em quaisquer lugares e espaços tendo em vista que tal ofício era muito mais do que transmitir conhecimentos. Era proteger, cuidar e até mesmo substituir os pais no tocante a correção do comportamento inadequado da criança. Era estar a serviço da Pátria atuando como regeneradora moral das futuras gerações.

Na forma social em estudo, a escolarização primária era, provavelmente, o único tipo de educação formal que a maioria dos alunos receberia em sua vida. Ela seria responsável não somente por ensinar a ler e a escrever, mas era uma importante ferramenta na construção da consciência nacional, na edificação da unidade de um país que a pouco deixava de ser Império e se tornava uma República. Neste contexto, a professora era uma importante aliada do governo na construção de uma sociedade republicana.

Assim foram se atrelando fortemente ao magistério o peso das representações construídas em torno do feminino. Cristalizou-se um tipo de representação que aparenta ser a-histórico, um sempre já - lá em que prevalecem as prescrições, o idealizado e o imaginado que imprimem comportamentos e condições para a docência.

Considerações finais

A feminização do magistério foi um processo que tomou os atributos histórico-social-ideologicamente conferidos à mulher como inerentes ao magistério. O objetivo deste trabalho foi analisar este processo nas páginas da *Revista do Ensino*, um importante impresso pedagógico oficial do estado de Minas Gerais.

Nos anos iniciais da República, as mulheres foram convocadas a utilizarem os atributos naturalizados como femininos e sua 'inerente' vocação, histórica e ideologicamente construídas, de ser mãe em favor da formação dos filhos da Pátria.

Ao longo deste trabalho foi possível observar como o processo de feminização do magistério surge na *Revista do Ensino* ao notarmos como este impresso selecionou, publicou e difundiu determinados sentidos sobre o ser docente em detrimento de outros e pela retomada

de sentidos naturalizados (mulher=mãe) como inerentes a função de professor.

A *Revista do Ensino* auxiliou na consolidação de um imaginário ao colocar a mulher como tipo ideal para posição de professora desde os tempos de normalista. As sequências e imagens analisadas neste trabalho apontam como a *Revista* trabalhou a naturalização da mulher como professora ao indicar que educar é exercer uma autoridade, orientar, exigir obediência e disciplinar. Vimos como os atos de disciplinar e punir vão se atrelando às funções da professora republicana que deveria (con)formar seus alunos pelo exemplo que representava e pelo lugar que ocupava sendo vista como a substituta dos pais (quando o assunto era o ensinar o bom comportamento a criança). Caberia a esta profissional preparar o aluno para vida numa sociedade regida por leis, incutir-lhe hábitos bons e sadios, (con)formar cidadãos. Atribuições que colocam a docência numa relação de dependência com os valores tidos como naturalmente femininos. Vimos ainda que a *Revista do Ensino* tentou apagar a existência de homens atuando no ensino público primário como professores. Todavia há sempre algo que falha, escapa. Ponto este debatido ao apresentarmos a sessão que tecia elogios aos professores homens, em exercício em distintos Grupos Escolares, tidos como bons profissionais.

Ressaltamos que, a *Revista* nos dá pistas de que a mulher, apesar de estar a serviço do Estado, ainda estava subordinada ao universo do masculino, não deixava de ser vigiada e não podia ter acesso a todas as carreiras do ensino público primário. O que de certa forma fazia com que elas não se esquecessem de seu lugar prioritário de atuação (casa), de seu espaço fundante que é o da família e que suas funções de mãe, esposa, cuidadora, etc. Assim foi se edificando a feminização do magistério nas páginas da *Revista do Ensino*. Um passado nem tão distante que ainda nos diz muito.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Demerval *et al.* *O legado educacional do século XIX*. 3ª Edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p.127-186.

DURÃES, Sarah Jane Alves. Qualificação do trabalho docente em Minas Gerais na segunda metade de oitocentos. In: YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes; BESSA, Marlos Mendes (Org.). *Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p. 185-210

PUECH, Christian. Manuélistation et disciplinarisation des avoires de la langue:

l'énonciation. In : COLLINOT, A. e PETIOT, G. (org). *Manuélistion d'une théorie linguistique : le cas de l'énonciation*. Paris : Presse de la Sorbonne Nouvelle, 1998.

SOUZA, Rita de Cássia de. “*Não premiarás, não castigarás, não ralharás...*”: *Dispositivos disciplinares em Grupos Escolares de Belo Horizonte (1925-1955)*. 2006. 464 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VIEIRA SILVA, Mariza. *História da Alfabetização no Brasil: sentidos e sujeito da escolarização*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2015.

VILLELA, Heloísa de O. O mestre- escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Cap. 5. p. 95-134.